

rio, contudo, não é aceito com ânimo porque abrange trabalhadores que geralmente não possuem o *status* de empregados, como os *free lances*.

O ponto central do relatório é mostrar que o debate europeu não é sobre a escolha entre intervenção e *laissez-faire*, mas sobre a necessidade de respostas institucionais para as tendências apresentadas. Além de mostrar como a legislação do trabalho vem lidando com as novas tendências, Supiot propõe, no capítulo 7, que o atual modelo de emprego seja repensado. O autor entende como flexibilidade a necessidade de “dar uma resposta coletiva eficiente para os riscos e incertezas econômicas”, de modo a prover as pessoas de capital humano para assegurar a criação de empregos e de bem-estar. Para isso, o autor propõe que essa responsabilidade seja dividida por empregadores, empregados e comunidade, ao contrário dos modelos em que apenas o Estado ou o indivíduo são responsáveis. Ou seja, em vez de um modelo linear que começa na escola e vai até a aposentadoria, e que não prepara a maioria dos trabalhadores para as mudanças econômicas, o autor propõe que sejam pensadas formas compartilhadas de oportunidade ao trabalhador para qualificar-se, mesmo que em atividades diferentes da profissão a que vinha se dedicando. Além de chamar a atenção para a necessidade de valorização institucional do conceito de atividade como forma de inclusão social do trabalhador, Supiot também considera que trabalhos não remunerados, como aqueles a que se dedicam quem cuida da casa e dos filhos, também devem ser vistos como vitais para o mercado, pois sem eles a vida se interrompe.

As discussões no meio jurídico brasileiro não tratam desse novo modelo que Supiot apresenta. Contudo, observamos que as experiências legislativas européias presentes no relatório são parâmetros para as afirmações de juristas que mostram a necessidade de tratamento jurídico das novas formas contratuais do trabalho em que o critério de subordinação legal não é tão claro. Tais experiências indicam que a autonomia está ganhando novos contornos diante da grande inserção dos autônomos em redes de produção e distribuição e das discus-

sões sobre o tratamento legal que deve ser conferido a tais trabalhadores.

Assim, além da importância acadêmica da obra de Supiot, que mostra que estudos sobre o lugar da legislação de trabalho como forma de solidariedade social são fundamentais, o relatório assume também importância política, uma vez que as discussões européias são parâmetros para aqueles juristas que começam a divulgar no país a necessidade de proteção jurídica de trabalhadores que não se enquadram no conceito clássico de subordinação.

Notas

1. Esta é uma linha de estudos da pesquisa Fapesp “A informalidade e os contratos de trabalho legítimos segundo a economia, o direito e o senso comum”, que está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Mercado e Relações de Trabalho: Instituições e Atores, no Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, sob a coordenação do prof. dr. Eduardo G. Noronha. Entendendo que Direito e Economia se influenciam, ela estuda como as instituições jurídicas se adaptam e impõem limites ao mercado, promovendo novas interpretações contratuais por meio de suas ações.

Pierre Bourdieu, *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Éditions du Seuil (col. Liber), 2000, 289 pp.

Frédéric Lebaron, *La croyance économique: les économistes, entre science et politique*. Paris, Éditions du Seuil (col. Liber), 2000, 260 pp.

Arilson Favareto

Mestre em sociologia pela Unicamp, doutorando em ciência ambiental (USP) e bolsista Capes

No ano que marca o final do século XX, dois estudos sociológicos publicados na França causaram certo alvoroço, não só entre a comunidade dos cientistas sociais, mas também, e talvez principalmente, entre aquela par-

cela da chamada opinião pública especializada na análise dos fenômenos econômicos. E não por acaso. Os dois livros – *Les structures sociales de l'économie*, de Pierre Bourdieu, e *La croyance économique*, de Frédéric Lebaron – pretendem a um só tempo questionar os cânones fundamentais da ciência econômica e, por intermédio dessa crítica, desmontar a idéia comum nos tempos atuais de que a economia seria “a mais científica das ciências sociais”. Tudo isso com o intuito de restituir aos fatos econômicos sua historicidade, recompondo as bases de uma ciência social unificada. Teriam os autores logrado êxito nesse intuito anunciado?

O livro de Bourdieu, se não chega a representar grande novidade para aqueles que estão já familiarizados com seu sistema teórico, fundado no uso das categorias de campo e do *habitus*, é simplesmente indispensável para qualquer um que pretenda estudar objetos econômicos com pretensões sociológicas. O leitor encontrará ali a talvez mais clara e sistemática crítica aos axiomas que sustentaram ao longo de praticamente todo o século passado a ascensão da ciência econômica como uma das mais valorizadas disciplinas científicas. Uma a uma vão sendo demolidas as pedras fundamentais daquilo que se convencionou chamar de *mainstream* do pensamento econômico: o equilíbrio entre oferta e demanda, a escolha racional dos indivíduos, a abstração da esfera das trocas econômicas em relação a seus determinantes sociais.

Para isso, o autor parte de um fato quase banal: a compra de uma casa. Apoiando-se em técnicas e métodos que combinam instrumentos de análise etnográfica e recursos estatísticos, é reconstruída toda a rede de interdependências que conformam o espaço de tomada de posição dos agentes envolvidos em tal transação. Os indivíduos singulares que conformam a cena são vistos aqui como portadores de uma série de disposições adquiridas em sua trajetória diferenciada no interior do campo econômico. Eis uma primeira e fundamental diferença entre a abordagem sociológica e uma abordagem econômica, digamos, tradicional: o espaço das trocas é entendido não como um mero ponto de encontro

entre compradores e vendedores, mas como um universo de possibilidades em que os agentes ocupam posições distintas e tributárias de toda sua experiência social anterior. É isso que explica suas necessidades, seus gostos, suas propensões, suas possibilidades, aspectos que vão se expressar na procura por este ou aquele tipo de construção, na maior ou menor acessibilidade ao financiamento para sua aquisição. Aqui, aliás, descortina-se já uma segunda distinção importante: ao estabelecer a negociação que envolve a compra de uma casa, estão em cena não somente os atores que representam os pólos da procura pelo bem e do provimento desse bem, mas também um universo disperso de agentes sociais que, por meio de suas assimétricas relações de concorrência, jogam com recursos muitas vezes originários de outros campos que não aqueles diretamente em interação em tal ato; é o caso, por exemplo, do papel desempenhado pelas grandes construtoras em oposição aos pequenos construtores, estes restritos no mais das vezes a mercados muito localizados, e sua interferência na conformação da política habitacional do Estado e suas repercussões para o universo de possíveis consumidores. Em síntese, a tese que emerge da bem talhada análise empreendida por Bourdieu é totalmente coerente com a epígrafe com que abre sua obra, uma frase de Russell: “Enquanto a economia mostra como os homens fazem suas escolhas, a sociologia mostra como eles na verdade não têm nenhuma escolha a fazer”.

O livro de Lebaron, por sua vez, radicaliza a crítica empreendida por Bourdieu, valendo-se do mesmo instrumental analítico: a teoria dos campos e do *habitus*. Aliás, trata-se, sem dúvida, de uma das mais exemplares aplicações da teoria bourdieusiana ao estudo de um campo específico, ao ponto de um dos mais próximos colaboradores do grande sociólogo francês ter afirmado certa vez que nem o próprio Bourdieu teria feito em suas obras um exercício tão refinado e impecável de seu próprio método.

Em *La croyance économique* o objeto não é um fato econômico em si, mas a própria produção da crença no poder explicativo da ciência econômica. Se em *Les*

structures sociales de l'économie a tese pode ser sintetizada na frase que lhe serve de epígrafe, no livro de Lebaron ela é anunciada no subtítulo da obra: *Les économistes, entre science et politique*. E, com efeito, o que se pretende demonstrar é como a evolução da ciência econômica não é tanto o resultado da longa e cumulativa explicação de fenômenos empíricos e sua sistematização em modelos teóricos determinados, como costumam levar a crer as abordagens correntes em epistemologia e história da ciência, mas sim a conseqüência direta das lutas internas ao campo dos economistas, de um lado, e das lutas desse campo perante outras esferas da vida social, de outro lado. Nas palavras do próprio autor, uma vez que a linguagem econômica tornou-se a *lingua franca* da vida pública contemporânea, trata-se de interrogar quais são os fundamentos da eficácia dessa forma particular de autoridade que se pretende a um só tempo racional e prática. E, para isso, torna-se necessário estudar as propriedades sociais de seus produtores (os economistas), as características de sua produção (as teorias e as idéias econômicas) e a recepção dessa produção em diferentes espaços e grupos sociais. Analisando quem são os economistas, como se dá sua formação nas diferentes escolas e como são difundidas suas idéias, Lebaron mostra como o alto grau de formalização e de abstração que sustenta as teorias econômicas serve para lhes conferir cientificidade e, ao mesmo tempo, demarcar uma competência específica no trato do universo em questão. Tal especificidade, por sua vez, se estabelece como uma forma particular de capital que é convertido nas frequentes transações e injunções entre o campo dos economistas e o campo da economia, gerando um prestígio científico e profissional, um poder institucional e um reconhecimento econômico que lhes permite acumular recursos variados e operar com eles num jogo de alimentação mútua entre a produção das interpretações econômicas e o direcionamento dos fatos econômicos apoiado na crença nessas interpretações. Com isso, o autor opera uma inversão fantástica, fazendo com que a disciplina tida como a mais científica das ciências sociais, novamente segundo suas próprias palavras, se mos-

tre mais próxima do campo religioso do que uma disciplina de conteúdo fortemente autônomo em relação às determinações sociais.

Fica fácil, portanto, compreender a ira que estas duas obras, a de Lebaron em particular, despertaram entre os economistas. Uma das críticas que surgiram à época do lançamento do livro de Lebaron é que ele se apoiava em uma generalização que mais obscurecia os fatos do que os compreendia: os economistas teriam sido colocados “todos no mesmo saco”. Mas o que o autor mostra é, justamente, como o campo dos economistas é formado por diferentes agentes, com trajetórias distintas, ocupando posições igualmente distintas no interior desse campo, com seus espaços de tomada de decisão delimitados por essa configuração heterogênea. Já uma segunda crítica mereceria reflexões mais aprofundadas: mesmo com todo o componente de crença que inegavelmente há nas idéias científicas, em geral, e nas ciências econômicas, em particular, seria possível e desejável comparar a crença econômica à crença religiosa? A resposta a essa questão é fundamental não só porque dita o alcance específico das teses contidas nesses dois livros mas, principalmente, porque seu desdobramento lógico ilumina outra interrogação, esta de caráter mais amplo, e que diz respeito à taxonomia das disciplinas. Se os fatos econômicos não podem ser compreendidos senão como fatos sociais, e se a explicação econômica não é mais que uma crença, logo seu tratamento só pode dar-se a contento nos marcos de uma abordagem antropológica e sociológica. O que estaria em questão é, pois, a validade mesmo da economia como disciplina científica.

Curiosamente, o sentido e a ênfase dos argumentos de Bourdieu e de Lebaron os aproxima de uma perspectiva analítica da qual eles são críticos abertos – a sociologia das ciências e das técnicas, de Bruno Latour – e os distancia de Weber, um de seus inspiradores. Um traço forte dos trabalhos da sociologia das ciências e das técnicas é exatamente o tratamento das ciências como uma forma de crença social, em oposição aos conteúdos de objetividade habitualmente destacados; com uma tal

abordagem, a ciência se iguala a qualquer outra forma de crença. É certo que os seguidores de Latour não concordariam com essa crítica, assinalando que em seus trabalhos ocorre um realce do que há de crença nas idéias científicas e não o banimento de hierarquias entre as diferentes formas de conhecimento. O que importa, porém, não é a intenção, mas o fato de que seu esquema teórico não permite operar nenhuma diferenciação. E o mesmo vale para Bourdieu e Lebaron. Seria o campo econômico um campo como qualquer outro? Representariam as ciências em geral, e a ciência econômica em especial, uma crença como qualquer outra? Weber não tratou o problema nesses termos, mas sua obra sugere uma resposta negativa, tanto pelo relevo dado às esferas econômica e científica como pelo alto conteúdo de racionalização que elas expressam, com todos os impactos que isso traz para a estruturação das demais esferas da vida social moderna. Aqui, é impossível deixar de lembrar que, entre suas obras inéditas, Bourdieu consagrou estudos justamente a esses dois campos – a ciência e a economia –, o que aumenta a sensação de que há aí, na fronteira entre a autonomia e a heteronomia dessas duas esferas e em sua relação com as demais esferas do mundo social, uma boa questão.

Um último comentário importante: se a principal oposição contida nos dois livros se dá com o chamado *mainstream* do pensamento econômico, há ainda outra, tanto ou mais importante, com a chamada nova sociologia econômica. Citando especificamente um de seus maiores expoentes, Mark Granovetter, e sua teoria das redes, Bourdieu vai apontar que ali não se trata verdadeiramente dos condicionantes sociais, pois se toma para análise somente os elementos em interação direta, sem chegar a alcançar os aspectos que estão fora dessa interação e que muitas vezes lhe condicionam. A crítica implícita é que a nova sociologia econômica faria uma espécie de microeconomia das relações sociais, sem alcançar as estruturas sociais da economia, sem fazer, portanto, uma verdadeira sociologia da vida econômica. O que sobressai é a necessidade de entender o fenômeno econômico situando-o nos termos de uma teoria

do mundo social, coisa que nem a economia neoclássica nem a nova sociologia econômica oferecem.

Retomando a pergunta inicial, teriam os dois livros comentados alcançado êxito em seu intuito de estabelecer as bases de uma ciência social (re)unificada? O que é inegável é que os argumentos postos nessas duas excelentes obras são incontornáveis tanto para os que, como os autores, buscam retomar a tradição de uma ciência social única, minorada após os clássicos, como para aqueles que, inversamente, vêem nelas apenas mais um capítulo da luta nos marcos do imperialismo disciplinar entre sociologia e economia; ou, ainda, para os que, numa espécie de caminho do meio, procuram refazer as fronteiras entre as duas disciplinas aproximando-as, pondo-as em diálogo. Em qual dessas chaves se enquadram os livros, caberá aos seus leitores julgar.